

## PROTAGONISMO FEMININO NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL: Estudo de caso a partir da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas

Kleciane Nunes Maciel<sup>1</sup>  
Danielle Viturino da Silva<sup>2</sup>

### Resumo:

Este trabalho busca, de forma exploratória, analisar em que medida o trabalho realizado no âmbito da auto-organização produtiva e as práticas extrativistas ambientalmente corretas realizadas pelos extrativistas associados à Associação Aroeira podem contribuir para a produção sustentável no município de Piaçabuçu, Alagoas. Para sua elaboração foram realizadas entrevistas com a diretoria da Associação Aroeira, com alguns associados e com técnico do Instituto Ecoengenho, instituição que presta suporte a associação. Foi realizado também, pesquisa de campo, por meio de observações na Unidade de Beneficiamento e nas áreas extrativistas. Após a pesquisa, chegou-se à conclusão de que a Associação Aroeira, bem como, às práticas extrativistas adotadas pelos seus associados, apresenta-se como importantes instrumentos para o desenvolvimento do empreendedorismo rural sustentável, alicerçado nos princípios do associativismo, da organização de sistemas produtivos ecologicamente equilibrados, em produtos com preço justo e que tenham como premissa a preservação/conservação ecológica da localidade.

**Palavras chaves:** Empreendimento rural sustentável, Extrativismo e conservação da biodiversidade, Protagonismo feminino.

### Introdução

O número de famílias vivendo no ambiente rural diminuiu consideravelmente por todo o mundo. Grande parte das famílias que ainda vivem no campo coexiste com insuficientes níveis de renda e com carências de direitos básicos para sua reprodução. Ao mesmo tempo, essa condição de pobreza rural afeta mais as mulheres camponesas, uma vez que, se por um lado as mesmas encontram dificuldades para inserção no sistema produtivo remunerado por outro elas participam menos nos espaços de decisão, dentro e fora do lar. Como revela estudo feito pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “Um em cada quatro brasileiros que vivem no campo está em situação de extrema pobreza. No Nordeste, 48,5% dessa população são mulheres” (PORTAL BRASIL, 2014).

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão; kleciane36@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão; viturino.dani@gmail.com.

Na busca de melhorias para a vida no campo e de condições de no campo permanecer, as famílias rurais, e nesse caso específico as próprias mulheres, notam no trabalho organizado e associado<sup>3</sup> uma alternativa para a inserção produtiva, e também um ambiente propício à construção de uma condição de vida melhor. Cabe ainda mencionar que muitas das práticas produtivas realizadas no âmbito do associativismo têm como base os princípios da sustentabilidade ambiental, e para tanto, representam ações locais que apontam alternativas para a construção de sistemas de produção sustentáveis.

A partir dessa perspectiva traz à tona também, o papel das mulheres para o desenvolvimento sustentável, diferentemente da lógica desenvolvimentista dominante, que por muito tempo reproduz a dominação sobre as mulheres e a natureza. Como observa a indiana Vandana Shiva em seus estudos sobre ecofeminismo<sup>4</sup>, o paradigma desenvolvimentista dos programas de desenvolvimento implementados nos países do terceiro mundo, como o Brasil, via o meio ambiente como um recurso separado da humanidade, esse processo seria o responsável pela destruição ambiental e pela marginalização das mulheres, a partir da destruição de suas fontes de sobrevivência e pelo o desprezo de seus conhecimentos tradicionais sobre o ambiente natural (SHIVA, 1991, *apud* SILIPRANDI, 2015).

Esse modelo desenvolvimentista excluiu a participação das mulheres para o desenvolvimento, e quanto à natureza, essa jamais foi corretamente contabilizada e assim foi crescentemente destruída. Para as mulheres as consequências disso foi o distanciamento de seus papéis, pois de acordo com o que Siliprandi (2000, p.65) expressa:

<sup>3</sup> No contexto da economia solidária o trabalho associado são ações coletivas realizadas por um grupo de indivíduos, por meio dos empreendimentos solidários de autogestão, como associações e cooperativas. Isso é, “[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias” (WARREN, 2001, *apud* LEONELLO, 2010, p. 40). Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016), fazendo referência ao associativismo rural, “O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”. O trabalho antes individual quando feito em grupo por meio do associativismo se constitui ainda um mecanismo que “[...] acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades”. Ver mais em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em 13 set. 2017.

<sup>4</sup> O ecofeminismo é uma corrente de pensamento que procura incorporar a visão das mulheres a cerca da problemática ambiental. O ecofeminismo como observa Siliprandi, seria “[...] uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 70, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres” (SILIPRANDI, 2000, p. 61).

Essa forma de pensar foi, paralelamente, responsável pela exclusão das mulheres do seu papel protagonista na agricultura já que ela deixou de ser vista como agricultora, silvicultora, administradora de recursos hídricos etc. Seu conhecimento, que era ecológico, plural, foi sendo inferiorizado e perdido.

A corrente ecofeminista, por outro lado, discute que as mulheres são agentes importantes para o cuidado e a preservação dos ecossistemas. Alinhado esse pensamento com exercício de atividades produtivas, esse trabalho busca de forma exploratória analisar em que medida o trabalho realizado no âmbito da auto-organização produtiva e as práticas extrativistas ambientalmente corretas realizadas pelas mulheres extrativistas da Associação Aroeira podem contribuir para a produção sustentável no município de Piaçabuçu, Alagoas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho constitui-se numa pesquisa exploratória sobre o enfoque das práticas extrativistas ambientalmente corretas e as atividades produtivas realizadas pelo grupo extrativista de mulheres organizadas por meio da Associação Aroeira, analisando se estas atividades se alinham com as propostas de sustentabilidade e conservação da biodiversidade, enquanto uma alternativa de produção sustentável para o município de Piaçabuçu, município situado ao Sul do estado de Alagoas.

Para sua elaboração foram realizadas entrevistas com a Diretora-Presidente da Associação Aroeira, bem como, com algumas associadas e alguns associados e, também, com o técnico da organização não governamental que presta suporte a associação - Instituto Ecoengenho. Além disso, foram realizadas pesquisa de campo, por meio de observações na Unidade de Beneficiamento e também nas áreas extrativistas. Cabe salientar, que, tanto a Associação como as práticas extrativistas, localizam-se em área onde ainda possui resquícios da Mata Atlântica alagoana, bioma que sofreu (e ainda sofre) grande desmatamento para prática produtiva agropecuária e industrial, para a espação do adensamento urbanos e para prática imobiliária atrelada a construção de condomínios de luxo.

Cabe, ainda, mencionar, que o trabalho apresenta algumas questões e análises iniciais oriundas do projeto de pesquisa intitulado: Ecodesenvolvimento e estratégias de desenvolvimento no ambiente rural alagoano: o caso da Associação Aroeira em Piaçabuçu. Esse projeto vem sendo desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos sobre Ecodesenvolvimento e Agroecologia (CEEA), do Campus Sertão, Unidade Santana do Ipanema, da Universidade Federal de Alagoas.

## Extratativismo e Sustentabilidade

A natureza presente no rural Brasileiro é muito rica em diversidade biológica, belezas naturais e recursos ecossistêmicos. Quanto à diversidade biológica, “Estima-se que se encontra no território brasileiro cerca de 20% do número total de espécies do planeta, o que o coloca no grupo dos países megadiversos” (MITTERMEIER et al., 1992, *apud* SOUZA, 2003, p. 10). Essa riqueza ambiental pode ser explicada pelos os vários biomas presentes no território brasileiro, a saber, são seis biomas diferentes, Amazônia, o Cerrado, Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal.

Contudo, essa riqueza ambiental ao longo da história não foi reconhecida com um recurso finito, embora seja vasto, e a pressão dos seres humanos sobre ele tem levado crescentemente a sua destruição. Tem-se como exemplo, a Mata Atlântica brasileira, um dos biomas tropicais mais biodiverso do mundo, mas o processo de colonização e os ciclos de desenvolvimento do país levaram a ocupação humana e desmatamento de grande parte de suas florestas. O extrativismo predatório é uma dessas causas, o extrativismo do pau-brasil, por exemplo, foi à primeira atividade econômica da colônia e foi responsável pela primeira e um dos maiores desflorestamento da Mata Atlântica. Para Bueno, (1998, *apud* YOUNG, 2005), em pouco mais de cem anos o pau-brasil tornou-se tão escasso que foi preciso à intervenção da coroa Portuguesa propor medidas contra o corte indiscriminado das árvores, onde a extração era mais intensa.

Verifica-se que, essa ação predatória sobre os recursos ambientais ocorre quando a ação humana sobre a natureza se resume a uma lógica mercantil desregulada, como assim observa Mourão (1971, *apud* DIEGUES 2002, p. 136), quando o “[...] extrativismo torna-se uma atividade principal, respondendo exclusivamente a uma demanda do mercado”. E nesse caso como ressalta Diegues, o manejo antes baseado nos saberes e restrições tradicionais perdem sua força cultural, ocasionando um extrativismo não sustentável.

Ao contrário do extrativismo mercantil, o extrativismo realizado pelas comunidades residentes no domínio da Mata Atlântica, como os caiçaras, caipiras/cabocho, açoriana, sertanejos e pescadores artesanais-jangadeiros, é marcado por um manejo tradicional da mata, marcadamente com restrições relacionadas aos períodos do ano, fases da lua e locais (DIEGUES, 2002). Isto é, estes conhecimentos são oriundos e definidos por esses povos por meio de seus próprios costumes e culturas.

De maneira similar Anderson (1990, *apud* SOUZA, 2003), entende que muitas vezes essas populações rurais conseguem conciliar o extrativismo e manejo florestal, tornando atividade ecologicamente sustentável e economicamente viável, em decorrência de seus conhecimentos e da relação de respeito com o meio ambiente e seus recursos. Quanto à sustentabilidade do extrativismo, Souza (2003) aborda que embora deva haver avaliação específica para cada atividade de extração, a sustentabilidade vai depender da capacidade da atividade permanecer economicamente lucrativa ao longo do tempo, proporcionando melhores condições sociais aos participantes, e possa ecologicamente manter-se em equilíbrio, quanto às características agrônômicas e ecológicas.

Em outras palavras, a sustentabilidade ambiental tem haver com a capacidade de resiliência do ecossistema. Segundo Cabell e Oelofse (2012 *apud* NICHOLLS *et al*, 2015, p. 19), “A resiliência é definida como a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações, mantendo sua estrutura organizacional e sua produtividade, bem como as capacidades de auto-organização e adaptação a estresses e perturbações”.

A sustentabilidade também tem haver com as condições sociais das populações camponesas, que precisam, sobretudo, ter melhores condições de vida, pois comumente essas populações vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, o incentivo à redução da pobreza deve ser uma das estratégias vinculadas às políticas ambientais.

Ao analisar os programas de desenvolvimento sustentável Posey (1996, *apud* SOUZA, 2003), aponta que para os programas conservacionistas tenham sucesso, as comunidades também devem ter participação direta. Para isso ocorrer elas devem perceber ainda, os benefícios concretos e ter interesse na sua conservação. Nesse sentido Posey indica que é essencial a valorização das espécies nativas e do conhecimento tradicional desses povos para com essas espécies e que os programas incentivem os sistemas de produção baseados nas amenidades naturais presentes na região e a participação local na sua exploração.

Youg (2005, p. 113), ao intender também que, se “[...] os interesses das comunidades locais não forem prioritariamente considerados, os esforços de desenvolvimento sustentável podem ser frustrados”, aponta o aumento dos preços pagos aos extrativistas, por meio de subsídios e outras estratégias econômicas como uma alternativa ao incentivo das atividades extrativistas sustentáveis. Contudo, ele adverte, as autoridades públicas devem devidamente definir quais são os produtos que produzem danos mínimos ao ambiente e os beneficiários

desse subsídios, para que a política não excite a exploração predatória das terras públicas ou comunais.

Desse entendimento, conclui-se que ao propor programas e políticas em prol do desenvolvimento sustentável não se deve tratar das problemáticas sociais a parte da natureza, pois os seres humanos fazem parte da natureza e as escolhas que fazem quanto à ocupação dos territórios, produção e o consumo, definem as relações com o meio ambiente. E assim, as políticas de preservação ambiental devem ser pensadas juntamente com as políticas sociais, como aquelas relacionadas à redução da pobreza rural. De fato, o incentivo a empreendimentos rurais que fazem o uso sustentável dos recursos ecossistêmicos e conservam a biodiversidade presente no território seria uma alternativa.

### **Mulheres rurais na conservação e gestão da biodiversidade**

Como observa Veiga e Ehlers (2009), o uso do termo biodiversidade é bem recente, apareceu inicialmente nos trabalhos do biólogo Edward O. Wilson no final dos anos 1980, e “Na perspectiva científica, trata-se de toda a variedade de vida estudada em três níveis: os ecossistemas; as espécies que os compõem; e os genes que compõem essas espécies” (WILSON, 1997, *apud* VEIGA; EHLERS, 2009, p. 3). De forma geral, seriam todas as formas de vida presente no planeta terra.

Bo Normander (2012), ao explicar a importância da conservação da biodiversidade compara a mesma com uma enorme casa feita de cartas de baralho. Para ele embora algumas cartas possam ser retiradas sem causar grandes danos, a retirada errada de umas dessas cartas levará ao desabamento da casa inteira. Da mesma forma é a biodiversidade:

[...] um complexo sistema de, literalmente, milhões de espécies distintas – de minúsculos micro-organismos passando por toda a hierarquia até os predadores – interconectadas por cadeias alimentares, polinização, predação, simbioses, antibioses e muitas outras interações químicas e biológicas, muitas das quais não são sequer conhecidas. O dano causado a uma parte do sistema – eliminação de algumas espécies importantes, por exemplo – pode provocar o colapso de todo o sistema” (NORMANDER, 2012, p. 191).

Nesse sentido, entende-se que a biodiversidade, vista desse ponto, seria um complexo sistema organizado, onde cada espécie possui uma função específica que mantém a ordem sistêmica, a perda de algumas ou parte significativa dessas espécies poderia levar a desordem e ao caos desse sistema. Em outras palavras, poderia assim dizer que a perda da

biodiversidade eliminaria as condições que possibilitam a vida de qualquer ser vivo nesses ecossistemas.

Não seria então por acaso que a conservação da biodiversidade é uma preocupação e objeto de discussão comum nos trabalhos com enfoque na sustentabilidade ambiental e sobre o desenvolvimento sustentável. E como observa Veiga e Ehlers em se tratando das consequências econômicas da perda da biodiversidade, a diminuição da biodiversidade na Mata Atlântica, na Floresta Amazônica e nos cerrados, por exemplo, traz “[...] graves consequências para a agricultura, para a silvicultura, para a pesca, para o turismo, dentre outras atividades” (VEIGA; EHLERS, 2009, p. 7).

Os primeiros a sofrerem com a perda da biodiversidade são exatamente as comunidades rurais e em especial as mulheres, que vivem no campo e sobrevivem da agricultura, da pesca, do extrativismo e das demais atividades realizadas com base nos recursos naturais e da biodiversidade. No caso das mulheres se daria principalmente porque em determinados contextos são elas as principais responsáveis com as atividades reprodutivas realizadas com base nos recursos ambientais. De maneira similar pensam França *et al* (2015, p. 296), pois consideram que: “[...] em determinados grupos sociais as mulheres podem ser potencialmente impactadas pela degradação ambiental devido a construções sociais e históricas que, em determinados contextos, fazem com que elas cuidem mais das crianças, do espaço privado da casa, da produção e preparo de alimentos [...]”.

Embora essas atividades da esfera reprodutiva não sejam corretamente reconhecidas, justamente por não possuírem valor monetário, segundo França *et al* (2015, p.5), no contexto rural elas são à base do sustento das famílias, como é o caso da “[...] produção agrícola para o autoconsumo; seleção, aquisição e preparo de alimentos; resgate e conservação de sementes; cuidados de saúde familiar; entre outras atividades que normalmente são tarefas 'não mensuráveis' pela visão da economia formal”.

Realizando essas atividades, as mulheres rurais não garantem somente o sustento de suas famílias, mas fazem ainda o uso e manejo dos recursos ecossistêmicos, como é o caso da água, dos solos, frutos, raízes e sementes, por exemplo. O resgate e conservação das diferentes sementes, é um dos exemplos que garantem a conservação das variedades de sementes, importes para a manutenção da biodiversidade.

Tipos de ações como essas são realizadas pelas mulheres rurais no contexto da agricultura familiar agroecológica. Pacheco (1997, *apud* SILIPRANDI, 2000), defende, por exemplo, o resgate de quintais produtivos e outras culturas comerciais, com base no sistema agroecológico, que teria como característica valorizar o trabalho das mulheres na agricultura familiar e sua situação dentro da família, assim como uma alternativa de produção e de resgate da biodiversidade. Nesse sentido, para Pacheco “[...] a utilização do conceito de sistema de produção poderia ajudar a dar uma maior visibilidade para o trabalho das mulheres na agricultura e na conservação ambiental” (PACHECO, 1997, *apud* SILIPRANDI, 2000, p. 69).

O conhecimento adquirido pelas as mulheres rurais sobre os sistemas agroecológicos de fato justificariam isso, pois para Pacheco (2002, *apud* SILIPRANDI, 2015, p.103):

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. [...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural.

Dessa forma, estratégias que estimulem as comunidades locais em suas ações positivas para com a natureza; e as políticas públicas também orientadas para esse fim devem incentivar também propostas como essas defendidas por Pacheco de sistemas agroecológicos, e outras atividades no contexto rural, como alternativas produtivas e com viés de sustentabilidade. Para as mulheres em especial, essas propostas são viáveis e necessárias para uma maior participação das mesmas com a gerência correta do seu meio, e aparecem ainda como estratégia de inclusão produtiva, cujos resultados oferecem melhores condições de vida e valorizam o seu trabalho comumente inviabilizado.

### **Caso da Associação Aroeira: Auto-organização produtiva das mulheres e produção sustentável**

A Associação Aroeira, criada em 2011, no município de Piaçabuçu no Litoral Sul de Alagoas é um empreendimento solidário de autogestão que atua na organização produtiva da comunidade extrativista da pimenta rosa atuante na região. A associação é também, resultado



do Projeto Aroeira, projeto concebido pelo Instituto Ecoengenho, cujo objetivo de acordo com a entidade, foi organizar a cadeia produtiva da pimenta rosa com base num modelo de gestão sustentável e com produção de alto valor agregado, direcionada a nichos especiais de mercado (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p. 7).

O Instituto Ecoengenho que já possuía significativa notoriedade nacionalmente e internacionalmente, pelo sucesso do projeto de cultivo e beneficiamento de pimentas (H2Sol - Água Solar), desenvolvido na comunidade de Baixas, também na região Nordeste, teve um papel essencial para organização da comunidade extrativista da região de Piaçabuçu e municípios circunvizinhos, em especial para as mulheres extrativistas que são a maioria no grupo. Em relatos das associadas e dos associados durante as visitas de campo, antes do projeto a comunidade extrativista vivia em péssimas condições de vida, sobreviviam na grande maioria das transferências de renda do Governo Federal, algumas famílias da pesca, e na época de safra obtinham valores bastantes irrisórios advindos do extrativismo da pimenta rosa.

Nesse contexto, o extrativismo vinha sendo realizada de forma desorganizada pela população local e era apenas uma atividade realizada no âmbito da subsistência, uma vez que, desconheciam o real valor da pimenta no mercado e faziam a coleta dos frutos e comercializavam o produto com atravessadores do Espírito Santo com preços bem abaixo de mercado (R\$1,50 por kg).

Quanto ao modo extrativista praticado, até meados de 2011, esse extrativismo era realizado com base numa lógica predatória com técnicas de coleta incorretas pelos os princípios da sustentabilidade ambiental, como o corte excessivo das folhas das árvores, como citado pelos extrativistas em visita de campo. Esse método é bastante prejudicial às árvores, pois pode em certas circunstâncias danificá-las, gerando assim perdas ecológicas importantes, tendo em vista que, conforme o Instituto, essa árvore nativa da Mata Atlântica é útil à recuperação de solos degradados, e seu fruto popularmente conhecido como fruto do sabiá é alimento dos pássaros e contribui para a recuperação da avifauna local (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p. 6).

No contexto atual, observa-se que todo o processo de coleta da pimenta rosa é realizado com base em um manejo sustentável, e as mulheres tem papel importante nisso, sendo elas a maioria na coleta dos frutos e na associação, onde representa 99% dos

associados. Elas aprenderam fazer toda a coleta usando técnicas de extração ambientalmente corretas. A extrativista/presidente da associação durante visita explica que todas as mulheres extrativistas e os demais extrativistas fizeram um curso técnico de coleta sustentável, e a metodologia utilizada pelo o Instituto baseia-se numa coleta com base no padrão de qualidade estabelecido, como coleta diretamente da copa das árvores, em áreas corretas de coleta e o ponto ideal para a colheita. Além disso, o plano de manejo da coleta da pimenta rosa planejado pelo o Instituto Ecoengenh define que:

Dentro perspectiva sustentável cerca de 20% dos frutos de cada árvore não sejam coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. Além disso, o uso de equipamentos adequados de corte e o transporte correto são essenciais, para não danificar as árvores e aumentar a produtividade para as próximas safras (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p.11).

Além das práticas de coletas ambientalmente corretas, as extrativistas vem trabalhando na Unidade de Beneficiamento da Associação com tecnológicas limpas para a geração de energia elétrica para iluminação do espaço e também em seu processo produtivo. De acordo com o Instituto atualmente a unidade de beneficiamento encontrar-se equipada com duas estufas de desidratação termosolar e uma estufa á gás liquefeito de petróleo (GLP), utilizada como reserva para dias com pouca insolação. Além dessas, há também uma estufa externa para pré-secagem, essa última utilizada em época de safra, quando se tem uma grande quantidade da pimenta (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p.11).

Essas alternativas de energias renováveis fazem parte do projeto da Associação por um sistema produtivo mais sustentável, com uso dos recursos naturais disponíveis, como é caso da luz solar, abundante na região Nordeste. Por outro lado, esse tipo de energia possibilita uma redução nos custos financeiros da Associação e da Unidade de Beneficiamento, principalmente, por não necessitar exclusivamente da energia elétrica, gerando uma eficiência energética para o seu processo produtivo.

Outra atividade realizada na Associação, e que merecem destaque quando se fala em eficiência e sustentabilidade no sistema produtivo, é o aproveitamento máximo da matéria-prima, que consiste em evitar ao máximo desperdício na produção. No caso da Associação Aroeira, na etapa de beneficiamento da pimenta rosa, as sementes descartadas na fase de seleção por não corresponderem ao padrão de qualidade estabelecido passam por um processo de retirada da pele e são moídas, gerando um condimento também utilizado na culinária.

Outro subproduto resultante do processo é a pele da semente, conhecida como “Brilho de Aroeira”. De acordo com o Instituto, esse produto foi criado para um mercado específico da alta gastronomia, e resulta da demanda de um chef de cozinha por “[...] um produto que colorisse e decorasse pratos, sem transmitir o sabor marcante da pimenta rosa” (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p. 34).

Esses produtos beneficiados na Associação Aroeira criados para atender nichos de mercado diferenciado têm ainda, um alto valor agregado. Durante as visitas, o técnico do Instituto relata que a pimenta rosa é um fruto com um alto valor agregado por ser uma especiaria bastante apreciada na culinária nacional e principalmente no cenário internacional. O resultado disso é o aumento expressivo pago aos extrativistas pelo quilo da pimenta rosa, a extrativista/presidente relata, por exemplo, que as extrativistas já chegaram a vender o quilo antes vendido a R\$1,50 por R\$300,00.

Todas essas atividades realizadas no âmbito do associativismo exerceram um papel importante na melhoria de vida da comunidade extrativista e das mulheres associadas. Essas mudanças podem ser justificadas pelo o incremento de renda gerado por meio do beneficiamento da pimenta rosa. Segundo o Instituto, os extrativistas recebem atualmente em média R\$ 130,00, por quilo (valor líquido), isso significa um incremento de renda 8.600%.

Silva *et al* (2017), em outro estudo realizado no âmbito da Associação Aroeira indicam que essas atividades realizadas pelas mulheres também constituíram-se numa oportunidade de vida, pois a partir destas iniciativa elas vêm se desenvolvendo pessoalmente e profissionalmente, perpassando o sentido financeiro. Em entrevista, a extrativista/presidente expõe que:

[...] com o manejo organizado e solidário da pimenta rosa, ela obteve as condições necessárias para realizar alguns objetivos que traçou para sua vida. Ela informou que a partir disto foi possível adquirir uma pequena propriedade para realizar outras atividades produtivas, como: as primeiras experiências de fruticultura (maracujá e coco), apicultura e também a criação de algumas cabeças de gado para leite e corte (SILVA *et al*, 2017, p.39).

Como exposto, a presidente enxerga essas mudanças de forma bem real em sua vida, apontando que foi possível traçar também outros objetivos no âmbito da produção. O caso dessa extrativista representa também as outras mulheres extrativistas do grupo, que assim como ela obtiveram mudanças significativas em suas vidas, a partir da auto-organização produtiva.

## Considerações Finais

A geração de renda por meio de diferenciados produtos de alto valor agregado e o respeito ao meio ambiente são as bases da sustentabilidade econômica e ambiental da Associação Aroeira. No caso das mulheres, ao mesmo tempo em que conseguem se inserir no sistema produtivo, participando ativamente da produção e auferindo rendimentos financeiros, alcançando assim sua autonomia econômica elas contribuem ainda para a gestão e manutenção da biodiversidade presentes nos ecossistemas em que atuam. O extrativismo ecologicamente correto e a opção por um processo produtivo com tecnologias limpas apontam ainda para o potencial produtivo do município para produção sustentável, iniciativas não só necessárias mais indispensáveis para a construção de genuíno desenvolvimento sustentável.

Pode-se concluir que a auto-organização produtiva expressa aqui pelo o associativismo, é ainda um exemplo de propostas locais alternativas para empreendimentos rurais sustentáveis, como base em um sistema produtivo ambientalmente equilibrado, produtos diferenciados com alto valor agregado e marcadamente relacionado à empreendimentos justos e solidários.

Cabe ainda ressaltar que, ações para o desenvolvimento rural sustentável têm condições e pode partir de dentro dos próprios territórios a partir de uma ação conjunta e sinérgica entre as comunidades locais; apoio das organizações filantrópicas, como o caso aqui estudado e também o necessário apoio do Estado, por meio de políticas públicas de incentivo as iniciativas produtivas dos grupos familiares e em especial aquelas onde se têm as mulheres como protagonistas, priorizando assim a valorização dos trabalhos realizados pelas mulheres e a equidade de gênero.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. **Associativismo rural**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Trabalhadoras rurais e das florestas**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/mulheres-rurais-e-das-florestas>>. Acesso em 20 ago. 2017.

DIEGUES, A. C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (org.). **Sustentável Mata Atlântica: Exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2002. p.135-158.

FRANÇA, G. B. et al. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**. Centro Universitário Autônomo do Brasil, Paraná, v.3, n.16, p. 294-306, 2015.

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira**. Maceió: Ecoengenh. [2010 ou 2011].

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

NICHOLLS, C. I. et al. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, cadernos para debate, n.2, p.03-3, jan. 2015.

NORMANDER, B. Biodiversidade: combater a sexta extinção em massa. In: ASSADOURIAN, E. ; RENNEN, M. (org.). **Rumo à prosperidade sustentável rio + 20: relatório do Worldwatch Institute sobre os avanços rumo a uma sociedade sustentável**. Salvador, BA: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2012, p.189-196.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, D.V. et al. Novas dinâmicas socioprodutivas no rural alagoano: o caso da associação aroeira, Piaçabuçu-Alagoas, in: **III Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas do Nordeste-ERECAP NE**, 3. 2017, Arapiraca, AL. Anais (on-line). Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, 2017. p. 32-41. Disponível em: <[http://docs.wixstatic.com/ugd/eab1cf\\_f267ef8c9546415086bb60aea7e9bccb.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/eab1cf_f267ef8c9546415086bb60aea7e9bccb.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2017.

SOUZA, G. C. d. **Extratativismo em área de reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: um estudo etnobiológico em Maquiné**. Tese (Doutorado em Botânica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Veiga, J. E. d.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural, 2009. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Veiga-eEhler-in-MayorgEMA-2010.pdf>>. Acesso em 19 ago. 2017.



GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017

YOUNG, C. E. F. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. IN: LEAL, C. G.; CÂMARA, I. d. G. (ed.); LAMAS, E. R. (trad.). **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.